

PROJETO DE LEI Nº 99/2025

“Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de focinheira, coleira e guia curta para cães de raças consideradas perigosas ou de grande porte, bem como para animais com histórico de agressividade, e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRINHA, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, aprova:

Art. 1º - Fica obrigatório, no âmbito do Município de Barrinha, o uso de focinheira, coleira e guia curta, com comprimento máximo de 1,5 metro, para cães das seguintes raças, ou seus cruzamentos:

I – American Pit Bull Terrier;

II – Rottweiler;

III – Fila Brasileiro;

IV – Dobermann;

V – Bull Terrier;

VI – Demais raças de grande porte que possam oferecer risco à integridade física de pessoas ou animais.

Parágrafo único. A obrigatoriedade também se aplica a animais de qualquer raça que apresentem histórico de agressividade, devidamente comprovado por ocorrência policial, registro em órgão municipal, ataque anterior ou laudo veterinário.

Art. 2º - Os animais descritos no artigo anterior somente poderão circular em vias públicas, praças, parques, calçadas ou locais de grande circulação acompanhados de seus responsáveis, maiores de 18 anos, e sob controle adequado.

Art. 3º - É proibido deixar quaisquer cachorros soltos, em vias e espaços públicos, cães de quaisquer das raças mencionadas nesta Lei, bem como aqueles com histórico de agressividade

§1º. O descumprimento desta determinação configurará infração administrativa.

§2º. Quando a conduta gerar risco iminente de lesão ou causar ataque, poderá caracterizar crime, conforme legislação penal e ambiental aplicável.

Art. 4º - Penalidades: O proprietário, tutor ou responsável pelo animal que descumprir esta Lei estará sujeito às seguintes penalidades, aplicadas de forma cumulativa ou progressiva:

I – Advertência por escrito;

II – Multa no valor de 50 UFESP podendo ser dobrada em caso de reincidência;

III – Prestação de serviços comunitários relacionados ao bem-estar animal ou à educação ambiental;

IV – Apreensão do animal, quando constatado risco à população;

V – Encaminhamento à autoridade policial, quando configuradas hipóteses de crime previstas no Código Penal ou em outras legislações pertinentes.

Art. 5º - Os estabelecimentos comerciais, praças, parques e demais espaços públicos poderão exigir o cumprimento desta Lei como condição de entrada de animais.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, no prazo de 60 dias após sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Barrinha, 05 de dezembro de 2025.

Vereador Emerson Ananias Fernandes dos Santos